

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 455, DE 1999

Proíbe divulgação na imprensa dos nomes de devedores inadimplentes, antes de sentença judicial e dá outras providências.

Autor: Deputado ENIO BACCI

Relator: Deputado FELIPE MAIA

VOTO EM SEPARADO DO DEPUTADO LUIZ COUTO

Trata-se de Projeto Lei, de autoria do Deputado Enio Bacci que pretende acrescentar um parágrafo ao artigo 42 da Lei n.º 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor – com o intuito de vedar a divulgação do nome do consumidor inadimplente em órgão de imprensa, exceto após decisão judicial.

O Substitutivo do Deputado Felipe Maia pretende que a restrição a ser imposta no artigo 42, § 2º, do Código de Defesa do Consumidor – CDC, qual seja, a não divulgação do nome do devedor nos órgãos de comunicação, se restrinja ao processo de conhecimento, tendo em vista que na fase de execução há certeza quanto ao débito.

O Substitutivo, entretanto, carece de relevância jurídica, sendo redundante e até mesmo passível de confusão, já que não modifica substancialmente § 2º do artigo 42 do CDC.

Na verdade, é redundante a alteração no sentido de restringir, ao processo de conhecimento, a proibição de publicidade do nome do consumidor devedor. Isto porque, a expressão “*até o trânsito em julgado*”

contém implicitamente a restrição de divulgação do nome do devedor na fase de conhecimento.

Ora, a redação original ao estipular “até o trânsito em julgado” previa que, para ser lícita a divulgação do nome do devedor, necessariamente a fase de conhecimento já deveria ter se findado.

Em verdade, o PL 455/1999 exclui implicitamente “o processo de execução”, porque exceto se ocorrer a execução provisória, a fase executiva dá-se após o trânsito em julgado da fase de conhecimento.

Também há que ser dito que o Substitutivo apresenta maior impropriedade técnica que a redação anterior, pois é certo que hoje o processo é sincrético, ou seja, único, por isso, o conhecimento e a execução são fases de um processo só, sendo este considerado como um todo.

Assim, a fase executiva dá-se início após o trânsito em julgado da fase de conhecimento, exceto se tratar de execução provisória, por isso, a utilização das expressões “*processo de conhecimento*” não se mostra com a melhor técnica.

Além disso, o Substitutivo, na forma como está, pode causar confusão quanto à possibilidade de divulgação do nome do devedor quando ocorrer execução provisória, já que a restrição só se refere ao processo de conhecimento, sendo mais um motivo para que seja rechaçado.

Tendo em vista a alteração proposta no Substitutivo não ser substancial ao PL 455/99, ressaltamos o entendimento de que o projeto viola o direito constitucional à informação, imprescindível aos bancos e instituições financeiras para aferição dos riscos econômicos da concessão do crédito, redundando no aumento do custo do valor mutuado e demais encargos, penalizando o bom pagador.

Em relação à alteração proposta para o artigo 71 do CDC mediante a inclusão da expressão “*inclusive publicidade*”, observa-se a ausência de relevância ao ordenamento jurídico nacional, uma vez que esse artigo busca afastar, de forma genérica, os meios vexatórios de cobranças de dívidas do consumidor.

Diante dos argumentos acima expostos, nosso Voto é pela rejeição do Projeto de Lei nº 455/1999 e ao Substitutivo do relator neste Órgão Colegiado, apresentado em 27/11/2008.

Sala da Comissão, em 03 de setembro de 2012.

Deputado LUIZ COUTO